



O INDÍGENA MEDIEVAL: O PARALELISMO ENTRE O INDIANISMO BRASILEIRO E O TROVADORISMO EUROPEU

MARIA CLARA PEREIRA DA SILVA^{*32}

RESUMO

Este artigo tem por intuito promover uma reflexão sobre até que ponto se sustenta o paralelismo entre o indianismo brasileiro e o trovadorismo europeu. Para isso, foram analisadas a contribuição intelectual de filósofos como Rousseau e Herder e a literatura indianista de José de Alencar e Gonçalves Dias. Assim, o indianismo foi um movimento literário que surgiu no cenário de pós-independência brasileira e tinha no indígena americano a figura do novo herói nacional. Todavia, esse herói foi representado em moldes europeizados, inspirado na poesia trovadoresca e no código de conduta dos cavaleiros medievais. Refletindo o projeto de sociedade que a elite burguesa e latifundiária brasileira almejava na época, essa visão estereotipada foi capaz de petrificar o retrato das identidades culturais de povos indígenas e ignorar suas multiplicidades. Desse modo, essa construção literária reforça um imaginário popular recheado de generalizações.

Palavras-Chave: Indianismo; Troubadourism; Estereotipificação; Movimento literário; Herói nacional.

ABSTRACT

This article aims to promote a reflection on the extent to which the parallelism between Brazilian Indianism and European troubadourism is sustainable. To this end, the intellectual contribution of philosophers such as Rousseau and Herder and the Indianist literature of José de Alencar and Gonçalves Dias were analyzed. Thus, Indianism was a literary movement that emerged in the post-independence Brazilian scenario and had the American Indian as the figure of the new national hero. However, this hero was represented in Europeanized molds, inspired by troubadour poetry and the code of conduct of medieval knights. Reflecting the social project that the Brazilian bourgeois and landowning elite desired at the time, this stereotypical vision was capable of petrifying the portrait of the cultural identities of indigenous peoples and ignoring their multiplicities. In this way, this literary construction reinforces a popular imagination full of generalizations.

Keywords: Indianism; Troubadourism; Stereotyping; Literary movement; National hero.



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O “Século das Luzes”, como também é conhecido o século XVIII, assistiu ao despontar de diversos movimentos sociais no âmbito intelectual, político, econômico e cultural. Em meio a tanta agitação, é válido destacar o apogeu das Revoluções Francesa, Americana e Industrial, assim como o nascimento do Iluminismo. Não obstante, esses movimentos sociais ditaram os rumos do mundo moderno e estabeleceram progresso, razão e desenvolvimento científico como as novas palavras de ordem. De mais a mais, era manifestada uma ferrenha crítica ao absolutismo, à religião, à tradição e aos privilégios da nobreza e do clero. Crítica esta que, não coincidentemente, expressava alguns dos interesses da burguesia em ascensão, que tinha como seu maior propósito enriquecer e galgar socialmente.

Já no cenário cultural europeu, esta mesma burguesia também criticaria a deterioração de valores forjada por essas mudanças, como o objetivismo dos iluministas e a exaltação do padrão tradicional clássico, ambos influenciando a produção artística em todos os seus ângulos: literatura, pintura, escultura, arquitetura, música etc. Com foco especial na literatura, a burguesia pregava a redescoberta das tradições nacionais e a negação dos princípios do classicismo francês, defendendo uma poesia baseada no sentimentalismo, na subjetividade e na fuga da realidade. É nesse horizonte de confrontação que surge o movimento artístico e intelectual do Romantismo. Sobre este, vale destacar um posicionamento do crítico literário Otto Maria Carpeaux:

O acontecimento da Revolução Francesa produziu na Europa inteira - e no continente americano - uma profunda emoção, exprimindo-se em uma literatura de tipo emocional, que se deu a si mesma o nome de ‘romantismo’... E literatura política, mesmo e justamente quando pretende ser apolítica. (CARPEAUX, 1962, p. 1651)

À vista disto, a cena política europeia teve nesse movimento artístico “a expressão literária da plena dominação da burguesia” (Sodré, 1976, p. 189). Assim, mirando a empreitada de se emancipar da nobreza dominante e lutar por um lugar ao sol, a classe burguesa voltou seus olhos para uma literatura que falasse diretamente com o público consumidor mais amplo. Uma das estratégias utilizadas foi a popularização do folhetim - um tipo de narrativa seriada de romances periodicamente publicados em jornais. Não obstante, ela não pôde ignorar que estava bastante em alta os movimentos nacionalistas e a revalorização das tradições ancestrais. Para tal demanda, surge o conceito de Primitivismo, um modo de idealização estética que exalta e tenta recriar o estilo de vida simples de sociedades pré-industriais.

Este conceito foi fortemente influenciado por filósofos como Friedrich Schleiermacher, Giambattista Vico e Jean-Jacques Rousseau, bem como teve seu advento sob a pena de



romancistas alemães, franceses e britânicos. Sem embargo, estes últimos se dedicaram incomumente para a recuperação da literatura genuinamente tradicional, como as velhas baladas, lendas e canções populares escocesas. Contudo, essa não foi uma escolha aleatória. Em virtude de seu isolamento geográfico, cultural e linguístico, a Escócia era o palco ideal para alcançar suas cobiçadas fontes ancestrais: os celtas. Desta forma, popularizaram-se antologias sobre o ciclo de mitos e lendas da mitologia desse povo, o chamado “Ciclo Feniano”.

No quesito estético, vale salientar que essas poesias se destacavam pela “simplicidade vocabular e sintática, a melodia natural e espontânea da frase, geralmente curta e de recorte acessível a todos, um acentuado primitivismo no sentimento da natureza, da guerra e do amor, etc.” (MOISÉS, 1994, p. 114). Portanto, isto foi crucial para o amadurecimento do primitivismo romântico e para a superação do estilo clássico.

Já em terras germânicas, o cenário não foi muito diferente. As primeiras tentativas de concepção de uma literatura romântica se materializaram num movimento rebelde, conhecido como *Sturm und Drang*. Seus maiores expoentes - como Friedrich Klinger, Johan von Goethe, Jacob Lenz e Friedrich Schiller - defendiam uma literatura baseada no impulso irracional e na negação das convenções de produção artística da época. Ademais, esses ultrarromânticos pregavam uma visão pessimista do mundo moderno e exaltavam as canções e baladas populares. Para eles, era imprescindível o enaltecimento das tradições nacionais e o estabelecimento de um senso histórico da produção literária, já que esta deveria expressar o legítimo *Volksgeist* (espírito popular) de sua nação.

Nesse panorama, diversos pensadores contribuíram com suas reflexões para o fortalecimento do conceito de primitivismo na literatura moderna. Entre eles, é basilar destacar o filósofo prussiano Johann Gottfried von Herder. Em sua conceituada obra “Fragmentos sobre a Literatura Alemã Moderna” (1767-1768), ele defende que a legítima poesia alcançou o zênite apenas pelas mãos das sociedades ancestrais e que esta, devido à civilização industrial moderna, vem sofrendo decadência. Para Herder, a poesia popular deveria ser tomada como a inspiração mais elevada, já que não cedeu à contagiosa racionalização da poesia erudita e manteve-se fiel às suas origens.

Ainda na esfera dos pensadores que contribuíram para o movimento romântico europeu, não se pode deixar de apontar a inegável contribuição de Michel de Montaigne - uma das fontes de Herder e do viria a ser o indianismo brasileiro - como um dos pioneiros dos ideais primitivistas. Em seu ensaio “Dos canibais” (1580), o filósofo francês defende a primazia da representação da natureza nas obras de arte, em comparação a “frívolos empreendimentos da razão”. Portanto, Herder e Montaigne foram tidos como altas referências para os projetos romântico-nacionalistas na Europa e, posteriormente, no



continente americano.

CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO E SURGIMENTO DO INDIANISMO

O indianismo não era apenas uma saída natural e espontânea para o nosso Romantismo. Era, mais do que isso, alguma coisa de profundamente nosso, em contraposição a tudo que, em nós, era estrangeiro, era estranho, viera de outras fontes (Sodré, 1976, p. 278).

Para uma fiel compreensão do movimento literário indianista em solo verde-amarelo, faz-se necessária uma observação atenta do cenário político brasileiro nas primeiras décadas do século XIX. Isto posto, é basilar apreender que o país havia acabado de sofrer seu processo de emancipação da metrópole portuguesa, após mais de três séculos de jugo colonial. Jugo este que não se retirou sem deixar profundas marcas na cena nacional, como o manejo abusivo das fontes naturais, o sistema econômico escravista e a selvageria contra povos originários. Em contrapartida, o ano de 1822 abriu as portas para movimentos que tentavam debruçar essa nova nação independente sobre bases políticas, econômicas e culturais legitimamente brasileiras. Todavia, na prática, o povo demoraria a ver mudanças no sistema socioeconômico vigente: conservou-se a estrutura de produção baseada em latifúndios e na mão de obra escrava.

Já na esfera cultural, esse sentimento não foi diferente. Portanto, era impreterível fundar uma literatura autenticamente nacional, não mais produzida por estrangeiros, mas sim por brasileiros para brasileiros. E é justamente nesse momento de ebulação cultural que o romantismo nacionalista cai como uma luva, como afirma o ensaísta carioca Afrânio Coutinho: “a literatura romântica foi arma de ação política e social desde a independência” (Coutinho, 1976, p. 169). Isto posto, a primeira geração do romantismo no Brasil foi marcada por um forte sentimento ufanista, exaltando a natureza e o povo brasileiro. Mesmo já tendo sido escritas, no arcadismo e no primitivismo coloniais, obras que louvassem a beleza e a fartura das terras tupiniquins, esta era mais literatura europeia sobre o Brasil do que efetivamente brasileira. Contudo, em sua fase romântica, “ela tomou consciência de sua brasiliade” (Martins, 1983, p. 124).

Diante de um projeto tão ousado, era necessário escolher uma figura que pudesse representar o legítimo herói da literatura romântica nacional. Esta figura deveria satisfazer o anseio ufanista que tomava conta do pós-independência e o neo-bucolismo incentivado pela burguesa economicamente interessada. Logo, este herói não poderia ser o branco europeu, já que a nova nação buscava se libertar da mão de ferro da metrópole



portuguesa, expressando-se através da rejeição ao classicismo. Do mesmo modo, o negro escravizado não era apto a ocupar esse papel, pelo fato da sociedade escravocrata vê-lo como um forasteiro e um mero trabalhador braçal, como afirma o escritor Nelson Werneck Sodré: “O negro não podia ser tomado como assunto, e muito menos como herói, não porque [...] fosse submisso, passivo, conformado, em vez de altivo, corajoso, orgulhoso, [...] mas porque representava a última camada social” (Sodré, 1976, p. 268). Desta forma, somente o indígena seria “digno” de representar o herói nacional.

O nativismo brasileiro encontrou no índio e sua civilização um símbolo de independência espiritual, política, social e literária. [...] Além disso, o indianismo estava, em Alencar e Gonçalves Dias, estreitamente relacionado com o mito da infância e do retorno à inocência infantil característica geral do Romantismo. (Coutinho, 1969, p. 25)

É neste panorama que surge a corrente indianista, considerada por muitos críticos literários como um tipo de primitivismo americano, já que tinha como propósito resgatar a ancestralidade dos povos originários e exaltar aspectos culturais tidos como “pré-civilizados”. Afinal, a elite brasileira associava o indígena às “lendas e mitos da terra selvagem e conquistada, [...] as tradições que embalaram a infância do povo”, como escreveu José de Alencar em sua introdução de “Sonho D’Ouro” (1872). Assim, fica nítida a retomada do bucolismo defendido por Herder e Montaigne e popularizado na poesia nacionalista europeia. Todavia, os conceitos trabalhados no movimento indianista não se encerram por aí, já que muitos outros pensadores contribuíram, mesmo que indiretamente, para a utopia brasiliense. É basilar destacar a contribuição de nomes como Thomas Morus, Jean-Jacques Rousseau e François-René de Chateaubriand.

Por conseguinte, ao longo de sua vasta produção intelectual, Jean-Jacques Rousseau abordou conceitos fundamentais para a formação do pensamento intelectual e político moderno. Não obstante, é a ele atribuída a popularização do mito do bon sauvage (ou “bom selvagem”). Este mito prega que o ser humano era puro e inocente no seu estado natural, mas a formação da sociedade moderna foi a responsável por corrompê-lo e dotá-lo de todos os vícios e degenerações do homem civilizado. Algo semelhante ocorre na “Utopia” (1516) de Thomas Morus, já que ele associa o idealizado bon sauvage ao homem primitivo e anterior ao pecado original. Assim, o americanismo de François-René de Chateaubriand bebe dessas mesmas águas, ao relacionar o indígena brasileiro a um Adão em estado de pré-corrupção. Como sequela, não surpreende que os indianistas tenham se inspirado nesse arquétipo para caracterizar o novo herói da literatura brasileira.



O terreno estando semeado pelo sentimento ufanista e pelo arquétipo do indígena como o bon sauvage, uma nova geração de escritores se aventuraria em produzir uma literatura voltada para esse tema, como Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias e José de Alencar. Muitos até mesmo fizeram uso de sua pena para denunciar as contradições do novo Império, já que o pós-independência foi marcado por disputas entre poderes administrativos e políticos e por conflitos étnico-sociais. Sendo assim, a nova literatura também era marcada por um senso crítico, que via no antigo colonialismo uma ferramenta de exploração social.

Além disso, o francês Jean-Ferdinand Denis foi um escritor que comentou em diversas de suas obras sobre a existência de uma literatura plamente brasileira. Entre elas, o “Resumo da História Literária do Brasil” (1826) é considerado o primeiro documento a tratar sobre o tema e sugerir que esta literatura poderia ser muito mais próspera com uma abordagem indianista, levando em consideração a inédita fase independente do país. Ademais, o indianismo foi apoiado pelo poeta e ensaísta carioca Gonçalves de Magalhães, em seu “Discurso sobre a Literatura do Brasil” (1836), apontado como o primeiro manifesto romântico tupiniquim. Neste ensaio, ele apresenta ideias para um novo programa cultural, que deveria ser euro-brasileiro. De acordo com esses autores, é com o indianismo que a literatura nacional alcançaria seu amadurecimento.

ANÁLISE DE OBRAS INDIANISTAS

No decorrer de duas décadas, o movimento indianista se consolidou em território brasileiro e se popularizou através de folhetins, para então, posteriormente, serem publicados nas páginas de livros. Entre os autores mais representativos dessa escola literária, José de Alencar e Gonçalves Dias são os que mais se destacam. Isto posto, o cearense José Martiniano de Alencar é o nome mais emblemático da prosa indianista. Atuando como advogado e jornalista no Rio de Janeiro oitocentista, esse contato com o mundo da imprensa proporcionou a Alencar a oportunidade de publicar muitos folhetins de sua autoria. Entre seus diversos romances, poemas e peças teatrais, Alencar construiu personagens marcantes que permanecem povoando o imaginário nacional. Assim, *O Guarani* (1857), *Iracema* (1865) e *Ubirajara* (1874) são os romances históricos que constituem a trilogia Indianista deste autor.

Na trama da formação da nação brasileira, José de Alencar apresenta um indígena dócil e amigo do colonizador. A “doce escravidão” do indígena de Alencar denuncia uma questão central do indianismo: “O espírito da classe senhorial-burguesa, na qual estavam os escritores e leitores do Romantismo.” (Sodré, 1976, p. 207-211). Desse modo, o indianismo seria uma criação literária que tinha por propósito projetar o quadro das relações sociais



dominantes. Isto pode ser percebido na construção das obras “O Guarani” e “Iracema”.

Logo, O Guarani (1857) conta a história do indígena goitacá Peri e sua relação com uma aristocrática família portuguesa. Na narrativa, Peri salva a vida da primogênita da família, a idealizada donzela Ceci, e transforma-se numa espécie de guardião da moça. Jurando sua fidelidade, ele submete-se como escravo de Ceci e vassalo de seu pai, dom Antônio Mariz. Nas páginas finais do romance, Peri recebe de seu novo senhor um nome português e é batizado no cristianismo, representando uma recompensa por salvar sua donzela e a remissão de seus hábitos pagãos. Dessa forma, no conservadorismo conciliatório de José de Alencar, o respeito mútuo entre o goitacá Peri e o patriarca Dom Antônio sugere um voluntário e democrático pacto social à trama do Brasil Colônia.

O gênero humano pressentiu esta alta missão regeneradora da América, dando-lhe a designação de Novo Mundo. De fato, é nas águas lustrais do Amazonas, do Prata e do Mississipi, que o mundo carcomido há de receber o batismo da nova civilização e remoçar. (ALENCAR, 1951c, p. 209)

Não obstante, os romances de José de Alencar não abordam somente o suposto pacto colonial como tema central, mas também exploram uma solução harmoniosa para a fusão racial. No exemplo de O Guarani (1857), a moral da época não permitiu que o autor ultrapassasse o plano das sugestões, já que Ceci - a virgem branca, preciosa e sagrada - era praticamente inalcançável aos homens de pele escura. Contudo, apesar dos meros oito anos que separam suas publicações, essa situação já muda em Iracema (1865), quando o romancista explora esse tema de forma mais explícita.

Assim, o romance Iracema (1865), habituado nas matas do litoral cearense, conta a história de amor de uma indígena tabajara - a “virgem dos lábios de mel” - e um guerreiro português chamado Martim Soares. Na conturbada história de amor proibido, Iracema trai as tradições de sua tribo por Martim e, no desfecho, morre de tristeza pela falta de seu amado. Contudo, da união entre esses dois mundos pôde nascer Moacir, símbolo da miscigenação brasileira, um tema recorrentemente tratado na produção literária de José de Alencar: “Moacir é o mestiço que vem dar começo a uma geração orgulhosa do avô de sangue índio” (PROENÇA, 1966, p. 55). Desta forma, o enredo do romance é uma alegoria aos temas da colonização e da formação da nação brasileira, produto do encontro entre os conceitos de natureza intocada e de civilização europeia.

De mais a mais, influenciado pelo primitivismo de Herder, Alencar renuncia o classicismo e sua linguagem requintada, defendendo que os poemas indianistas deveriam conter “aquele estilo poético e figurado, próprio das raças incultas” (ALENCAR, 2000, p. 208) e a “certa rudeza ingênua de pensamento e linguagem dos indígenas” (Ibid., p. 84). Como ele declara na “Carta ao Dr. Jaguaribe”, na primeira edição de Iracema:



O conhecimento da língua indígena é o melhor critério para a nacionalidade da literatura. Ele nos dá, não só verdadeiro estilo, como as imagens poéticas do selvagem, os modos do seu pensamento, as tendências do seu espírito, e até as menores particularidades de sua vida. É nessa fonte que deve beber o poeta brasileiro; é dela que há de sair o verdadeiro poema nacional, como eu o imagino. (ALENCAR, 1865, p. 191 - 202)

Assim, os nomes dos personagens também seguem a lógica da linguagem primitiva, revelando algum aspecto fundamental de suas habilidades, de seu físico e de sua moral. Os nomes masculinos geralmente estão ligados à força, à robustez e à coragem, como nos casos de Peri (“guerreiro”) e Ubirajara (“ilustre senhor da lança”). Já os femininos estão associados à delicadeza e beleza, como Iracema (“lábios de mel”) e Araci (“estrela do dia”).

Devido a sua ferrenha defesa a uma linguagem aborigene nas obras indianistas, José de Alencar censura um de seus companheiros de pena, o poeta maranhense Gonçalves Dias. Na já citada “Carta ao Dr. Jaguaribe”, Alencar afirma que “os selvagens de seu poema [de Gonçalves Dias] falam uma linguagem clássica, [...] eles exprimem ideias próprias do homem civilizado, e que não é verossímil, tivessem no estado de natureza” (ALENCAR, 1960, p. 104-105). Assim sendo, o poeta deveria rejeitar os preceitos classicistas e adaptar seu vocabulário ao ambiente brasileiro e aos indígenas retratados.

Ainda assim, é inegável a importantíssima contribuição de Gonçalves Dias na consolidação da poesia indianista. Embora o tema da exaltação do pitoresco e das verdejantes terras brasileiras já fosse antigo na literatura colonial, Dias é considerado o pioneiro na criação de uma poesia estética e tematicamente alicerçada nos preceitos indianistas. Foram justamente os “Primeiros Cantos” (1847) que inauguraram sua carreira e popularizaram essa tendência literária. Assim, Gonçalves Dias conheceu enorme sucesso, ingressando no seletº grupo de jovens escritores que compareciam ao Paço Imperial. Tendo feito parte da Primeira Geração Romântica brasileira, o maranhense é considerado até hoje como “o poeta nacional” (Martins, 1978, p. 348).

97

Imaginei [Gonçalves Dias] um poema... como nunca ouviste falar de outro: magotes de tigres, de coatis, de cascavéis, imaginei mangueiras e jabuticabeiras copadas, jequitibás e ipês arrogantes, sapucaieiras e jambeiros, de palmeiras nem falemos: guerreiros diabólicos, mulheres feiticeiras, sapos e jacarés, sem conta: enfim uma gênese americana, uma Ilíada brasileira, uma criação recriada. (apud Bandeira, 1952, p. 81)



No viés temático, diferentemente do conservadorismo conciliatório de José de Alencar, Gonçalves Dias aborda o processo colonial brasileiro sob uma ótica mais crítica e combativa. Nas suas “Poesias Americanas”, Dias vê a colonização como uma empresa que se utilizou do discurso religioso para manipular e explorar os povos indígenas. Dessa forma, os colonizadores de seus poemas eram representados como seres demoníacos, associados ao deus Anhangá e cobiçosos pelo solo brasileiro. Para mais, Gonçalves Dias se contrapõe à noção eurocêntrica que dotava de docilidade os povos americanos, quando, em verdade, o indígena, mesmo derrotado, continuava lutando contra o português colonizador. Os heróis gonçalvinos não são muito diferentes dos homens “civilizados”, compartilhando dos mesmos sentimentos de dor, compaixão, incerteza e desejo. Isto reflete piamente as tensões antilusitanas da fase colonial.

ATÉ QUE PONTO SE SUSTENTA O PARALELISMO ENTRE O INDIANISMO BRASILEIRO E O TROVADORISMO EUROPEU?

O indianismo dos românticos preocupou-se sobremaneira em equipará-lo [o indígena] qualitativamente ao conquistador, realçando ou inventando aspectos do seu comportamento que pudessem fazê-lo ombrear com este - no cavalheirismo, na generosidade, na poesia. (CÂNDIDO, 1969, p. 21).

Como já citado anteriormente, a negação dos princípios classicistas e a exaltação das tradições foram aspectos primordiais da escola romântica francesa. Não obstante, em sua incessante busca por fontes de inspiração temática, o romantismo encontrou refúgio no retorno a uma Idade Média bucólica e idealizada. Desta forma, como o Brasil não pôde vivenciar - temporal e culturalmente - esse período histórico, muitos autores indianistas recorreram à recriação de uma espécie de medievo brasileiro, adaptando a figura do indígena aos famosos heróis das histórias de cavalaria. Assim, aspectos característicos do Romantismo brasileiro - como o enaltecimento da natureza e do pitoresco -, revelam-se como elementos estéticos de uma manifestação artística há muito consolidada.

Desse modo, muitos autores indianistas - como José de Alencar e Gonçalves Dias - beberam das fontes da literatura trovadoresca para conceber suas obras, sem, contudo, deixar de adaptá-las às terras americanas e aos povos indígenas retratados. Essa exaltação idealista, que buscava uma espécie de regeneração da Europa medieval, materializou-se na caracterização cavaleiresca dos heróis, na retomada dos conceitos de coita e vassalagem



e na procura das origens nacionais. Isto posto, é basilar destacar aspectos fundamentais da poesia trovadoresca, no intuito de promover a plena compreensão de sua influência sobre a Primeira Geração do Romantismo brasileiro.

Destarte, o trovadorismo foi um movimento literário que surgiu na Baixa Idade Média europeia, atingindo o seu ápice entre os séculos XI e XIV, para então passar o bastão para o Humanismo. Apesar de ter origem ao sul das terras gaulesas, o trovadorismo popularizou-se bastante em Portugal, sendo considerado o primeiro movimento literário de língua galego-portuguesa. Em seus primórdios, vale salientar que Portugal não possuía uma noção de identidade nacional, já que o território era constituído por condados e posteriormente converteu-se em reino. Por conseguinte, o rei-trovador D. Dinis I ansiava que Portugal se tornasse uma nação. Para isso, ele observou no trovadorismo um necessário incentivo para a formação de uma identidade cultural. Não coincidentemente, algo muito semelhante pode ser apercebido no contexto de independência brasileira e do indianismo, cinco séculos depois. Portanto, os dois movimentos artísticos foram muito importantes para a composição das culturas portuguesa e brasileira.

À vista disso, levando-se em consideração o fato de que, no medievo, a grande maioria da população europeia era analfabeta e o livro impresso ainda não havia sido inventado, as cantigas trovadorescas eram escritas para serem declamadas e frequentemente eram acompanhadas de instrumentos musicais, alcançando grande popularização na época. Como foi um movimento itinerante, o trovadorismo também foi responsável pela divulgação de acontecimentos políticos e a propagação de ideias. Com autoria das elites feudais ibéricas e de alguns expoentes das classes populares, a poesia trovadoresca chegou até os dias atuais através de pergaminhos e manuscritos, intitulados como “Cancioneiros”. Neles, as obras eram divididas em Cantigas Líricas e Satíricas: as Satíricas tinham por propósito promover uma crítica à sociedade portuguesa e aos costumes da época, assim como ironizar e difamar pessoas, direta ou indiretamente; enquanto as Cantigas Líricas eram inspiradas na temática amorosa e repartiam-se em Cantigas de Amor e Cantigas de Amigo.

Portanto, as Cantigas de Amor eram declamadas pelo trovador, que declara seu amor por uma dama que é o seu maior objeto de desejo. Em muitos dos casos, essa mulher idealizada demonstra indiferença pelo eu-lírico das canções. Este, então, é atingido pela coita, ou seja, pelo sofrimento da rejeição amorosa. Ademais, o trovador usualmente dirige-se à dama como mia senhor ou mia senhor fremosa (“minha senhora” ou “minha formosa senhora”), em correspondência às relações de suserania e vassalagem da época. O apaixonado é, portanto, servo e vassalo da amada e enuncia seu amor com insistência e intensidade. No contexto brasileiro oitocentista, é possível fazer uma alusão entre as características dessa poesia amorosa e uma obra indianista já citada neste artigo: O



Guarani (1857).

Para ele [o indígena Peri] essa menina [a donzela Ceci], esse anjo louro, de olhos azuis, representava a divindade na terra; admirá-la, fazê-la sorrir, vê-la feliz, era o seu culto; culto santo e respeitoso em que seu coração vertia os tesouros de sentimentos e poesia que transbordavam dessa natureza virgem. (ALENCAR, 2001, p. 53)

Já as Cantigas de Amigo, embora compostas por trovadores homens, representam sempre uma voz feminina. É a dama quem vai expor seus sentimentos, mas de maneira discreta, como ditava a moral da época. Assim, nesse tipo de cantiga, verifica-se que a donzela também sofre as aflitivas dores do amor, contudo, elas estão ligadas à distância entre o eu-lírico e seu amado que há muito não vê. Portanto, as Cantigas de Amigo referem-se a um lamento de saudades. Mais uma vez, outra obra indianista segue semelhantes padrões trovadorescos: Iracema (1865), na qual a “virgem dos lábios de mel” aguarda deprimida o retorno de seu amado Martim Soares.

Outrossim, as novelas de cavalaria são criações literárias que também vigoraram no medievo. Essa expressão da prosa trovadoresca narra diversos feitos heroicos e batalhas, retratando a luta do bem contra o mal. Assim, derivadas de poemas épicos e de canções de gesta, a principal característica das novelas de cavalaria é o relato das aventuras fantásticas dos destemidos, leais e honrados cavaleiros errantes, que lutam para estabelecer a justiça no mundo, proteger suas belas donzelas indefesas e alcançar a glória. No entanto, a história geralmente termina de forma trágica. Finalmente, faz-se o paralelo com as poesias românticas de Gonçalves Dias: O indígena tupi de “I-Juca-Pirama” (1851) é o guerreiro medieval brasileiro, que dota de identidade cultural a nova nação independente.

Meu canto de morte,

Guerreiros, ouvi:

Sou filho das selvas,

Nas selvas cresci;

Guerreiros, descendo

Da tribo tupi.

Da tribo pujante,

Que agora anda errante

Por fado inconstante,



*Guerreiros, nasci:
Sou bravo, sou forte,
Sou filho do Norte;
Meu canto de morte,
Guerreiros, ouvi.*
(RAMOS, 1952, p. 131)

Em suma, os indígenas românticos eram concebidos em moldes eurocêntricos, ao adotarem para si características etnicamente relacionadas ao código de conduta dos heróis de cavalaria, como honradez, honestidade e bravura. Não obstante, Nelson Werneck Sodré suscita que o indígena foi travestido de roupagem medieval porque:

Algumas das características atribuídas aos nossos indígenas (ociosidade, aversão a esforço disciplinado, imprevidência, intemperança, gosto por atividades antes predatórias do que produtivas) ajustam-se de forma bem precisa aos tradicionais padrões de vida das classes nobres (Sodré, 1976, p. 275).

Assim, as virtudes atribuídas aos antigos nobres e cavaleiros influenciaram o código de conduta dos senhores latifundiários, do qual o indígena romântico também deveria compartilhar. Portanto, o resplendor do herói indianista aparenta somente ter valor enquanto reflete as características da elite dominante: “O senhorio da terra, direito da nobreza conquistadora, deve reconhecer nos índios aquelas virtudes naturais de altivez e fidalguia que seriam comuns ao português e ao aborígine” (Bosi, 1992, p. 189).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Muitos pesquisadores identificaram o branco como representante da humanidade e da cidadania” (HASENBALG, 1979 - pág. 93; NEGRÃO, 1986 - pág. 94; ROSENBERG, 1980; SILVA, 1995). A partir desta constatação, é importante compreender em que medida o romantismo e o trovadorismo europeus influenciaram a construção do imaginário social sobre os povos indígenas. Assim, ponderando sobre as narrativas indianistas, é notável que estas elaboraram seus heróis a partir de uma representação europeizada, com os padrões de conduta do Velho Mundo. O indígena brasileiro foi idealizado como um ser puro e inocente, representando a bravura, a honra e a ligação com a natureza, ou seja, o bon sauvage de Jean-Jacques Rousseau. Essa visão estereotipada muitas vezes petrifica o retrato das identidades culturais e ignora suas multiplicidades, já que os povos indígenas



vieram de situações muito variadas em termos de cultura, história e realidade. Segundo pesquisa do IBGE, divulgada no ano de 2010, mesmo tendo em vista os séculos de massacre a que estiveram submetidos, os indígenas brasileiros fazem parte de 305 etnias, somando 896.917 pessoas, que falam 274 línguas. Portanto, essas construções literárias reforçam um imaginário social recheado de generalizações.

Não obstante, essa conjuntura reflete o projeto de sociedade que a elite burguesa e latifundiária brasileira almejava na época, elegendo símbolos culturais que exaltassem a literatura nacional e transformassem as terras tupiniquins em um polo cultural nos trópicos. Portanto, esta classe dominante, preocupada em manter a hegemonia econômica e política, utilizava-se de um retrato cultural hierárquico e eurocêntrico para alcançar seus interesses no novo cenário de independência, influenciando até hoje muitas das representações indígenas na mídia, nos livros didáticos, literários, etc. Logo, isto pode ser encaixado no conceito de representação social, abordado por estudiosos como Serge Moscovici e Denise Jodelet, que diz respeito à forma como os grupos são retratados na sociedade e como estas representações afetam as percepções e identidades das pessoas. Inclusive, a inconsciente cristalização de padrões europeus na representação indígena é uma das formas com que o racismo age dentro da sociedade brasileira: “Éramos o planeta tropical iluminado por um sol maior, uma fonte de verdade e de talento: a Europa.” (KARNAL, 2018).

Outrossim, é inegável que o Brasil é formado por diversos grupos étnicos. Consequentemente, o tema da miscigenação foi um ponto-chave abordado por muitos autores indianistas. Forjou-se nesse movimento literário uma configuração histórica que pudesse suavizar o estigma da subjugação e do massacre de muitos povos nativos, como pode ser percebido no falso pacto colonial de José de Alencar. Em contrapartida, uma das denúncias mais corrosivas do tratamento que o Brasil deu às suas populações não-brancas apreende-se no fato de que “de uma estimativa de mais de 2.000.000 índios para o século XVI, chegou-se em 1998 a um total de 302.888 índios, considerando as pessoas que vivem nas Terras Indígenas” (IBGE, 1999, v.58, p.1-143-1-152). Portanto, sob o pretexto de que a população brasileira era uma “raça mista”, muitos intelectuais defendiam que a mestiçagem representaria a resolução de conflitos e o apagamento das diferenças étnicas e sociais. Contudo, ao tentar imprimir ao Brasil a alcunha de paraíso da miscigenação e forjar uma pseudo-democracia racial, muitos desses autores somente fecharam os olhos para a discriminação de povos historicamente explorados e sua luta secular.

Precisamente, nas últimas décadas vem sendo observada uma revisão no processo histórico, promovendo debates sobre a quem é permitida visibilidade nas narrativas históricas e simbólicas. Esses avanços vêm sendo refletidos no aumento de pesquisadores indígenas nas



universidades (Instituto Semesp, 2023), capazes de estudar sobre suas próprias tradições e oferecer novas interpretações de obras literárias, por exemplo. Logo, contribuindo para a desconstrução de distorções históricas do colonialismo europeu, que promoveram por séculos racismo e exclusão social. Desta forma, percebe-se a urgente necessidade de aumentar a diversidade de perspectivas e fontes históricas na historiografia brasileira, integrando as vozes indígenas. Neste cenário, a Lei 11.645/08 foi uma basilar conquista para populações historicamente marginalizadas no país, tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas e ajudando a reconhecer esses povos como atores históricos fundamentais na formação da sociedade verde-amarela, mas que ainda lutam incansavelmente por seus direitos.

Os povos indígenas são anteriores ao Estado brasileiro. Esses povos foram objeto do processo de colonização instaurado no Brasil e, mesmo após a independência política, permaneceram sujeitos à colonialidade do poder (MIGNOLO, 2003, pág. 262).

Por fim, verifica-se a carência de publicações de autoria indígena na literatura brasileira, tornando-a majoritariamente branca e supressora de vozes marginalizadas. Assim, uma pesquisa realizada por Regina Dalcastagnè (2005, p. 13-71) revela que, na maioria dos romances brasileiros publicados entre 1965-1979 e 1990-2004, 93% dos 245 autores dessas obras eram homens brancos, evidenciando a falta de pluralidade no campo literário brasileiro. Em compensação, é imprescindível que o mercado editorial abra suas portas para o resgate de memórias de lutas e de práticas ancestrais por autores indígenas, com o intuito de reescrever a história sob sua perspectiva e desafiar a visão estereotipada da América como selvagem e atrasada, promulgada largamente na literatura colonial e posteriormente romântica. Portanto, os indígenas devem ocupar os espaços que lhes foram negados e serem narradores de sua própria história. Isto posto, autores excelsos - como Daniel Munduruku, Eliane Potiguara, Olívio Jekupé, Ailton Krenak e Graça Graúna - estão substituindo a literatura eurocêntrica por uma perspectiva indígena holística e inclusiva.

A formação e o desenvolvimento da literatura são uma parte do processo histórico total da sociedade. A essência e o valor estético das obras literárias, e também de sua ação, é uma parte daquele processo geral e unitário pelo qual o homem se apropria do mundo, mediante a sua consciência. (Lukács apud Sodré, 1976, p. 3).



REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. “Carta ao Dr. Jaguaribe” In: Iracema: Lenda do Ceará. 1^a ed. Rio de Janeiro: Tip. de Vianha & Filhos, 1865.
- ALENCAR, José de. Iracema: lenda do Ceará. 36. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- ALENCAR, José de. Obra completa. Rio de Janeiro: Aguilar, 1960.
- ALENCAR, José de. O Gaúcho. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951c, v. IX.
- ALENCAR, José de. O Guarani. 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- ALENCAR, José de. Sonhos D’Ouro. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 2006.
- BANDEIRA, Manuel. Gonçalves Dias: esboço biográfico. Rio de Janeiro: Pongetti, 1952.
- BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. 2.ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- BRASIL. Lei no 11.645, de 10 de março de 2008. 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 05 fev. 2025.
- CÂNDIDO, A. Formação da Literatura brasileira. São Paulo: Cultrix, 1969.
- CARPEAUX, O. M. O Romantismo, In: História da Literatura Ocidental. Rio de Janeiro: Alhambra, 1962. Parte VII.
- COUTINHO, Afrânio (dir.). A literatura no Brasil. (Romantismo). 2. ed. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1969. v. 2.
- COUTINHO, Afrânio. Introdução à Literatura no Brasil. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- DALCASTAGNÈ, Regina. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. Estudos de literatura brasileira contemporânea. Brasília, n. 26, p. 13-71, jul./dez. 2005.
- DENIS, Ferdinand. Resumo da história literária do Brasil. In: CÉSAR, Guilhermino. Historiadores e críticos do romantismo - 1: a contribuição europeia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978.
- DIAS, Gonçalves. Primeiros Cantos. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1998.
- HASENBALG, Carlos. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HERDER, Johann Gottfried. Escritos sobre Estética e Literatura. 1. ed. São Paulo: Edusp,



2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico do Brasil 1998. Rio de Janeiro, 1999. v.58, p.1-143-1-152.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Os Indígenas no Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO SEMESP. Alunos Declarados Indígenas no Ensino Superior Aumentam 374%. São Paulo: Semesp, 2023. Disponível em: <<https://www.semesp.org.br/semesp/2023/04/19/alunos-declarados-indigenas-no-ensino-superior-aumentam-374/>>. Acesso em: 05 fev. 2025.

KARNAL, Leandro. Tão longe de mim distante. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 16 set. de 2018. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/cultura/tao-longe-de-mim-distante/>>. Acesso em: 05 fev. 2025.

MAGALHÃES, Gonçalves de. Discurso sobre a História da Literatura do Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.

MARTINS, Wilson. A Crítica Literária no Brasil. Vol. I. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

MARTINS, Wilson. História da inteligência brasileira. São Paulo: Cultrix, 1978, 4v.

MIGNOLO, Walter. Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MOISÉS, Massaud. A literatura portuguesa. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

MONTAIGNE, Michel de. Dos Canibais. 1. ed. São Paulo: Alameda Editorial, 2009.

MORE, Thomas. Utopia. 1. ed. São Paulo: Penguin-Companhia, 2018.

NEGRÃO. Esmeralda. V. Preconceitos e discriminações raciais em livros didáticos e infanto-juvenis. Diagnóstico sobre a situação educacional de negros (pretos e pardos) no Estado de São Paulo. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1986.

PROENÇA, M. Cavalcante. “José de Alencar na literatura brasileira” In: ALENCAR, José de. Obra Completa. Vol. I. Rio de Janeiro: Aguilar, 1956, [publicado separadamente em livro, com o mesmo título, pela Civilização Brasileira em 1966].

RAMOS, Frederico José da Silva. Grandes Poetas Românticos do Brasil. 1. ed. São Paulo: LEP, 1952.



SILVA. Ana Célia da. A discriminação do negro no livro didático. Salvador: Edufba/Ceao, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.